

Eixo temático 2: O Professor, a Docência e suas Práticas Pedagógicas no contexto das TDIC

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, BNCC E A PANDEMIA DA COVID 19: REFLEXÕES ACERCA DO DESAFIO DE USO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS E OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES, BNCC AND THE COVID 19 PANDEMIC: REFLECTIONS ON THE CHALLENGE OF USE OF TECHNOLOGICAL RESOURCES AND THE CHALLENGES OF REMOTE EDUCATION

Vladimir Rocha Ferreira (Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Contagem, MG - vladimir.rocha@hotmail.com)

RESUMO

Diante do cenário pandêmico em escala global, da necessidade de manter o processo de ensino-aprendizagem acontecendo, tanto por questões pedagógicas como para enfrentar o enfado social, isolamento social, instituições, profissionais, alunos e suas famílias tiveram que buscar saídas - a principal e possível foi o ensino remoto. Na cidade de Contagem-MG, essa missão ficou muito mais a cargo das escolas e dos profissionais. As medidas adotadas pelo poder público no sentido de possibilitar a efetivação do ensino remoto foram tímidas, sem ações materiais concretas. Foram apontadas diretrizes, mas de forma vazia, transferindo para cada escola a tarefa de organizar e gerir o ensino remoto, sem qualquer apoio financeiro ou material, foram oferecidas apenas formações. A partir de pesquisa realizada com professores (as), esse trabalho descreve as ações adotadas na Escola Municipal Ipê Amarelo na perspectiva do que aponta a 5ª Competência Geral para Educação Básica da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, fundamentalmente: usar as TICs na escola de forma ativa e reflexiva para além de mediar o processo de ensino-aprendizagem, colocando os alunos numa posição de protagonista na construção do saber.

Palavras Chave: BNCC, Competências, Pandemia, Covid 19, TDIC.

ABSTRAT

Faced with the pandemic scenario on a global scale, the need to keep the teaching-learning process going, both for pedagogical reasons and to face the boring social isolation, institutions, professionals, students and their families had to look for ways out, the main and possible one was remote teaching. In the city of Contagem-MG, this mission was much more the responsibility of schools and professionals. The measures adopted by the public authorities in order to make remote teaching possible were timid, without concrete material actions. Guidelines were pointed out, but in an empty way, transferring to each school the task of organizing and managing remote teaching, without any financial or material support, only training was offered. This work describes the actions adopted by Escola Municipal Ipê Amarelo in the perspective of what the 5th General Competence for Basic Education of the National Common Curricular Base - BNCC points out, fundamentally: using ICTs in school in an active and reflective way, in addition to mediating the process of teaching-learning, placing students in a leading position in the construction of knowledge.

Keywords: BNCC, Skills, Pandemic, Covid 19, TDIC.

1. Introdução

No contexto escolar, a tecnologia sempre enfrentou muita resistência de parte de instituições, estudantes e professores e apesar dos pontos positivos, o uso da tecnologia, em particular as ferramentas digitais em sala de aula, ainda é um grande desafio, seja por questões de infraestrutura das instituições ou mesmo pela resistência dos profissionais, que não familiarizados com elas e sem formação para operá-las em segurança, tornam-se refratários em incluí-las na prática cotidiana.

Mas há também estudantes, docentes e instituições que defendem o uso da tecnologia em sala de aula. A tecnologia pode ser um caminho significativo para motivar e mobilizar os estudantes. O início da pandemia em 2020 trouxe para as escolas, seus gestores, professores e profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem o desafio de ensinar sobre outros meios, diferentes dos meios usuais - sala de aula, projetores, quadra para prática esportiva, sala de vídeo, uso de folhas - e até de um meio secular, a lousa, popularmente chamada de Quadro Negro.

Fato é que o uso dessas antigas bases vem sofrendo questionamentos por grande parte da comunidade escolar e acadêmica e

“nos últimos vinte anos, a tecnologia reorganizou a forma na qual vivemos, nos comunicamos e aprendemos. As necessidades de aprendizagem e as teorias que descrevem os princípios e processos de aprendizagem devem refletir os ambientes sociais subjacentes.” (SIEMENS, 2004),

portanto, se faz urgente abandonar certas práticas ou conjugá-las com outras no processo de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista da pandemia, as tecnologias “foram arremessadas para o centro das práticas em sala de aula.” (VALENTINI e VIEGAS, p. 138). A pandemia impôs à escola e aos profissionais da educação o desafio de manter a interação, tão importante no desenvolvimento humano, e manter o movimento de ensino-aprendizagem. A tecnologia levou

a imersão de professores e alunos em ambientes digitais que serviram à adaptação para o ensino remoto, além de ressignificar as formas de interação em “sala de aula” com seus recursos virtuais, levou ao contato direto com uma ampla gama de ferramentas e estratégias didáticas para viabilizar a continuidade dos estudos a distância. (VALENTINI e VIEGAS, 2021, p. 138)

Muitas dificuldades enfrentadas pelos atores da educação brasileira poderiam ser minimizadas se a prática de uso das tecnologias na escola fosse muito mais uma política de Estado e não ações isoladas de instituições e/ou profissionais. Mesmo com essas barreiras, no ambiente escolar a tecnologia foi a saída para a manutenção dos vínculos pedagógicos e afetivos durante a pandemia da COVID-19.

2. Metodologia

Nesse trabalho, apresento pesquisa realizada numa escola da cidade de Contagem, Minas Gerais, que foi denominada com o nome fantasia de Escola Municipal Ipê Amarelo. A pesquisa foi realizada para Trabalho de Conclusão de Curso de especialização em Mídias na Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei.

A pesquisa foi realizada com treze professores da referida escola. Dos treze professores, nove são professores especialistas do Ensino Fundamental II, graduados em Artes, Ciências, Ensino Religioso, Educação Física, História, Inglês, Matemática e dois professores de Português. Quatro são

graduadas em Pedagogia, sendo que duas atuam no 4º ano e uma no 5º ano do Ensino Fundamental I. A outra professora, graduada também em pedagogia, atua com estudantes do 1º ao 5º ano na forma de projeto, com a temática Produção de Texto.

A pesquisa aconteceu a partir da aplicação de questionário via *Google Formulário* composto por 18 questões de múltipla escolha, conjugadas entre opções que permitem somente uma resposta com outras que permitem mais de uma resposta. O link para resposta foi enviado para cada um dos treze professores pelo WhatsApp. Para atender aos critérios desse trabalho, realizei recorte e selecionei três questões entre as dezoito.

Antes do envio do formulário, conversei com cada professor sobre a pesquisa e se estaria disposto a respondê-la. A partir da pesquisa com esses profissionais identifiquei, fundamentalmente, como os professores da Escola Municipal Ipê Amarelo conjugaram as TICs durante a pandemia conforme preconiza a 5ª Competência Geral da Base Nacional Curricular – BNCC, a saber

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9)

É uma proposta ousada se considerarmos que no “...panorama geral, [...] permite apreender que o contexto pré-pandêmico trazia ao ensino presencial ainda certo distanciamento em relação aos usos das novas tecnologias” (VALENTINO e VIEGAS, p. 132).

Fato é que se existia resistência de parte da comunidade escolar em levar as TICs para a sala de aula, a pandemia encurtou esse caminho e possibilitou sua incorporação ao fazer escolar como única saída. Portanto, como os professores usaram as TICs como preconiza a BNCC já que tiveram o cenário propício? Essa é a questão que esse trabalho apresenta.

3. A Escola Municipal Ipê Amarelo

A Escola Municipal Ipê Amarelo possui 863 alunos nos turnos da manhã, tarde e noite. No primeiro e segundo turnos atende estudantes da Educação Regular do Ensino Fundamental I e II, 1º ao 9º ano. No turno da noite também atende estudantes do Ensino Fundamental I e II, mas exclusivamente da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A escola está localizada numa região denominada pelo município de Contagem, Minas Gerais, como área de risco e vulnerabilidade social. O Art.3º da Lei Complementar nº 186 caracteriza área de risco e vulnerabilidade social a região que “...compreendem fatores como a infraestrutura urbana, a segurança pública e a adesão a programas sociais.” (LEI COMPLEMENTAR 186, 2014, p. 1).

Essa denominação é perceptível na prática diária, seja em atividades pedagógicas seja nas relações pessoais. Os estudantes e suas famílias são compostos na sua maioria por pessoas carentes de recursos. Possuem baixo conhecimento cultural e de mundo, o que reforça a relevância dos objetivos estabelecidos pela BNCC, principalmente das 10 Competências Gerais para Educação Básica, que estabelece nos itens 3 e 6 temas como a valorização da diversidade das manifestações artísticas, culturais, dos saberes e das vivências culturais, além da importância de se apropriar de “conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias de mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BNCC, 2017, p. 9), portanto, é imprescindível para qualquer cidadão, ter amplo conhecimento cultural, em escala local e global.

A formação escolar dos pais, mães e responsáveis é precária, assim como as funções profissionais desempenhadas. Muitos tem subempregos, sem direitos trabalhistas mínimos. A carência de recursos ficou ainda mais explícitas durante a pandemia, dada as dificuldades da maioria dos estudantes em acompanhar as aulas remotas. Se em condições anteriores a pandemia a relação com a escola era frágil devido ao quadro social e econômico da comunidade escolar em que a escola está inserida, afinal, a resposta da educação é lenta se considerarmos as necessidades diárias das pessoas, com a pandemia essa fragilidade ficou mais latente.

É sabido que “a educação é a chave para o desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades. Ela fornece às pessoas os conhecimentos e as habilidades que aumentam sua produtividade e as torna menos vulneráveis a riscos.” (UNESCO, 2021). As palavras da UNESCO ganham mais ressonância diante do quadro sociocultural e econômico da Escola Municipal Ipê Amarelo.

Como atende estudantes do 1º ao 9º ano nos três turnos, a escola possui quadro de professores bastante diversificado. São 22 professores (as) no 1º e 2º turnos, desses, 12 são especialistas, ou seja, graduados numa área de conhecimento e 10 graduados em pedagogia. A EJA possui 3 professoras graduadas em Pedagogia e 5 graduados em disciplinas específicas.

Foi nesse quadro social da Escola Municipal Ipê Amarelo que se deu o ensino remoto durante a pandemia.

4. A implantação do ensino remoto na Escola Municipal Ipê Amarelo

Diante do cenário pandêmico, que nos impôs mudanças de comportamento e uma série de restrições, a principal delas o distanciamento social, a Escola Municipal Ipê Amarelo, depois de reunião em que estiveram presentes os diretores escolares, coordenadores pedagógicos, profissionais administrativos e professores, decidiu que de imediato iria ofertar material didático produzido pelos professores em site que seria criado. Depois de cinco semanas de oferta desses materiais, começaram a acontecer as aulas remotas. Essas ações aconteceram anteriormente a publicação da Portaria Conjunta SEDUC/FUNEC nº 26 de 18 de junho de 2020, que tratava do ensino remoto. O

... fechamento do ensino presencial seja uma política pública comprovadamente capaz de reduzir a transmissão do vírus, esta medida assume que aqueles que proveem educação irão implementar programas de educação à distância para continuar o aprendizado de seus estudantes. (BARBERIA, CANTARELLI e SCHMALZ, 2020).

Mas isso não aconteceu em Contagem. A referida Portaria deixou muito mais a cargo da escola e muito menos do governo a responsabilidade de implantar o ensino remoto.

Tal antecipação adotada pela Escola Municipal Ipê Amarelo aconteceu por sensibilidade da direção da escola, afinal, como supramencionado, a escola está inserida dentro de um bairro com enorme vulnerabilidade social e também pelo desejo de muitos professores, receosos em perder seus contratos de trabalho ou sofrer redução salarial.

A interrupção das aulas e do contato com a escola significava interrupção das práticas escolares, das vivências sociais com a escola e entre os estudantes. Significou também a interrupção das opções de lazer, tanto cotidianamente - pois a escola não é apenas um lugar para transmissão de conhecimento, ela é o maior equipamento de amparo social da região, mas também porque na escola são realizadas inúmeras ações para além das aulas diárias. Nela acontecem ações culturais e esportivas promovidas tanto pela comunidade, como por ONGs e por uma instituição ligada ao

Governo Estadual. Também é usada pela comunidade como espaço para diversos eventos, como formaturas, festas diversas e ações sociais das igrejas da região. Além disso, a necessidade de sobrevivência profissional motivou professores a se manifestar favoravelmente a manutenção do vínculo entre escola e os alunos, pois tiveram receio de perda salarial ou do fim dos contratos de trabalho no caso dos professores contratados.

Quando a Prefeitura Municipal de Contagem emitiu a referida portaria, três meses após a interrupção das aulas, a escola já tinha organizada uma rede de comunicação, estruturada a partir da internet, através das nas mídias sociais da escola, pelo WhatsApp e com a criação de site para postagem de atividades. Essas mesmas atividades eram entregues na escola para aqueles que não tinham acesso à internet. Várias famílias possuíam apenas 1 ou 2 aparelhos celulares, mas como vários filhos em idade escolar e não podendo estar em casa mesmo num cenário de pandemia, a entrega de atividades era uma saída. Além do *site* e da entrega presencial de atividades, a escola estava em vias de iniciar as aulas remotas através da plataforma *Google Meet*.

Se muitas instituições, professores e estudantes se mostram resistentes ao uso da tecnologia na educação, a saída para manter o vínculo pedagógico e afetivo, e mediar o processo de ensino-aprendizagem nesse período pandêmico foi a tecnologia. Como os professores da Escola Municipal Ipê Amarelo ministraram suas aulas usando a tecnologia na perspectiva indicada pela BNCC? Essa e a pergunta que esse trabalho buscou responder.

5. RESULTADOS

5.1 As TICs e a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular,

documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2017, p.7)

estabelece Dez Competências Gerais da Educação Básica como aprendizagens essenciais para o desenvolvimento do estudante. A 5ª Competência estabelece que os estudantes devem

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9)

Portanto, a pandemia criou o cenário propício para que a 5ª Competência se materializasse. Ocorre que em pesquisa realizada na escola, os resultados apontam para um cenário diferente do proposto pela BNCC.

A questão 15 do formulário, apresentada abaixo nas Figuras 1 e 2, os professores são questionados se nas aulas remotas e até na produção de material pedagógico de alguma forma conseguiram realizar o que pede a 5ª Competência da BNCC.

...

15) A 5ª Competência Geral para Educação Básica da BNCC está relacionada com a tecnologia na escola. Diz que a escola deve possibilitar aos estudantes "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva." (BNCC, 2017, p. 9) *

Nas suas aulas, você de alguma forma realizou o que pede a 5ª Competência Geral para Educação Básica da BNCC?

- Sim, às vezes.
- Sim, constantemente.
- Não

Figura 1: Texto da questão 15

Fonte: Formulário de perguntas elaborado pelo autor

As respostas apontam que de forma geral, não realizaram nas aulas o que estabelece a BNCC, conforme respostas apresentadas abaixo na Figura 2.

15) A 5ª Competência Geral para Educação Básica da BNCC está relacionada com a tecnologia na escola. Diz que a escola deve possibilitar aos estudantes "Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva." (BNCC, 2017, p. 9)

13 respostas

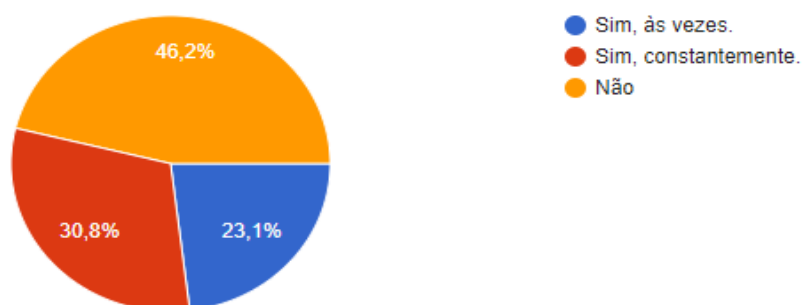



Figura 2: A 5ª Competência da BNCC e a prática escolar

Fonte: Formulário de perguntas elaborado pelo autor

A maioria, 46,2% dos profissionais afirmou não realizar o que pede a 5ª Competência Geral para Educação Básica da BNCC e 23,1% disse que apenas às vezes realiza algo de acordo com o que pede a referida Competência, portanto, a totalidade das respostas "Sim, às vezes" e "Não", representam que a 5ª Competência não foi contemplada.

A questão 16, Figura 3, buscou saber dos professores como realizam o que pede a 5ª Competência da BNCC, ou seja, o que faziam para trazer a tecnologia para o cotidiano escolar. Destaque para resposta mais selecionada depois da opção “Não se Aplica”, essa, destinada aos que responderam “Não” na questão 15.

16) Se respondeu sim na questão anterior, como seus alunos realizavam atividades conforme propõe a 5ª Competência Geral da BNCC na sua disciplina? Se respondeu NÃO, marque a opção NÃO SE APLICA. 

13 respostas

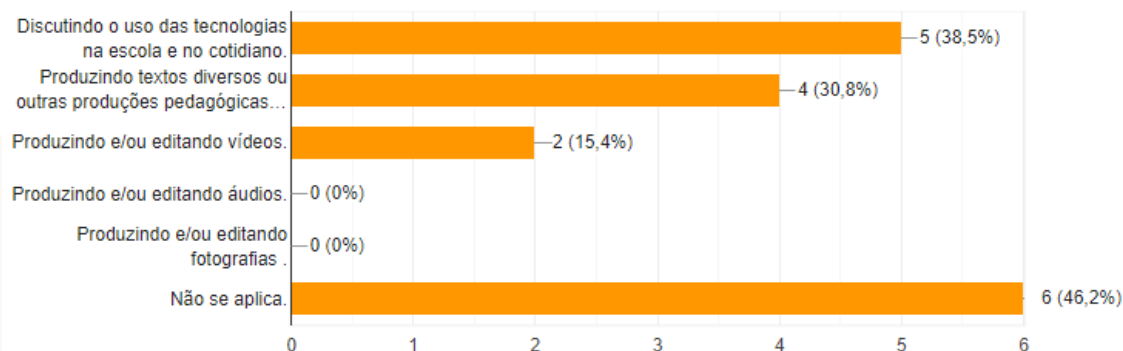


Figura 3: Como os professores contemplaram a 5ª Competência da BNCC
Fonte: Formulário de perguntas elaborado pelo autor

A resposta mais selecionada depois da opção “Não se aplica”, com 38,5%, aponta que os professores optaram, como forma de contemplar a 5ª Competência Geral da BNCC, “Discutir o uso da Tecnologia na escola e no cotidiano escolar”, ou seja, diante dum cenário extremamente favorável ao uso da tecnologia na educação, ou melhor, do único cenário possível para que a educação se realizasse, afinal, a educação só se realizou pelo uso da tecnologia, a maioria dos profissionais optou por uma abordagem conceitual e teórica ao invés de prática, contrariando inclusive o que estabelece a referida Competência. Assim, o cenário pré-pandêmico, em que o estudante atua muito mais como receptor e espectador do conhecimento, se manteve.

5.2 Como eram solucionadas as dúvidas?

Na esteira do que determina a 5ª Competência da BNCC, a questão 9 apresentada abaixo na Figura 4, os professores respondem como solucionavam as dúvidas tanto para operar as aulas remotas como para produzir o material pedagógico.

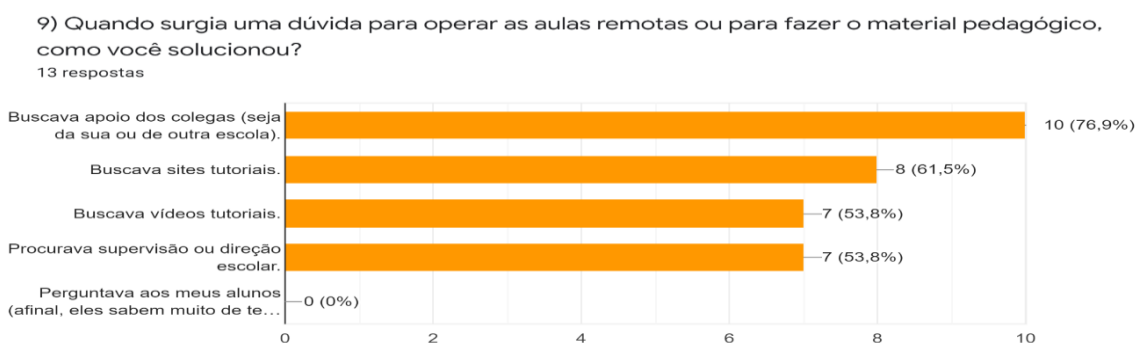


Figura 4: Como os professores sanavam suas dúvidas e dificuldades
Fonte: Formulário de pesquisa elaborado pelo autor

Interessante que nenhum profissional respondeu que buscou solução com os estudantes para suas dúvidas. Os estudantes dos professores pesquisados estão na faixa etária entre 6 e 15 anos, portanto, nasceram num mundo digital e até por isso são denominados Nativos Digitais. Mesmo com as barreiras econômicas que impossibilitam acesso à tecnologia de ponta como aparelhos mais sofisticados e internet banda larga, eles são usuários assíduos das tecnologias, inclusive eram reprimidos quanto ao uso dos equipamentos tecnológicos durante as aulas no período pré-pandêmico, principalmente o celular, mas em nenhum momento foram vistos pelos professores pesquisados como capazes de dar suporte às suas dúvidas.

Se a 5ª Competência da BNCC para Educação Básica aponta para necessidade de colocar os estudantes como protagonistas ao considerar a tecnologia na prática educativa, mote tanto para fazer valer a referida Competência como para auxiliar os professores nas suas dificuldades, na prática isso não aconteceu. Os professores não contemplaram a 5ª Competência no fazer das aulas, como demonstrado anteriormente, e assim deixaram de obter também auxílio dos estudantes para sanar suas dúvidas.

5.3 Tecnologias e o trabalho colaborativo

Uma das principais características das Tecnologias da Informação e Comunicação é a possibilidade do trabalho colaborativo, afinal, podemos desenvolver trabalhos diversos em conjunto, mas em tempos e locais distintos. Isso é muito significativo na educação e no processo de ensino-aprendizagem, tanto que o termo “Colaboração” aparece inúmeras vezes na BNCC, seja como proposta de ação de estados e municípios, ação de professores e alunos, ou mesmo nas diversas disciplinas escolares ou como objeto do conhecimento e habilidades.

Também, a Interdisciplinaridade e a Transversalidade, desejos dos educadores, proposta desde os PCN – Parâmetro Curricular Nacional, documento norteador anterior a BNCC, são a materialização das ações colaborativas, mas que quase nunca se realizam dadas as enormes barreiras cotidianas, seja pelas características do trabalho docente, seja pelas barreiras de tempo e espaço. As TICs podem ser um meio para superação dessas barreiras.

Diante disso, na questão 17, Figura 5, a partir da pergunta “A tecnologia possibilita e facilita o trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Você realizou e/ou propôs algum trabalho colaborativo durante esse período remoto?” busquei saber se realizaram trabalho colaborativo e também provocar os profissionais a ver as TICs como meio para questões historicamente problemáticas, como a realização da interdisciplinaridade e a

transversalidade entre os professores, além de ser uma opção pedagógica para ações práticas de trabalho coletivo entre os alunos.

17) A tecnologia possibilita e facilita o trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Você realizou e/ou prop...balho colaborativo durante esse período remoto?

13 respostas

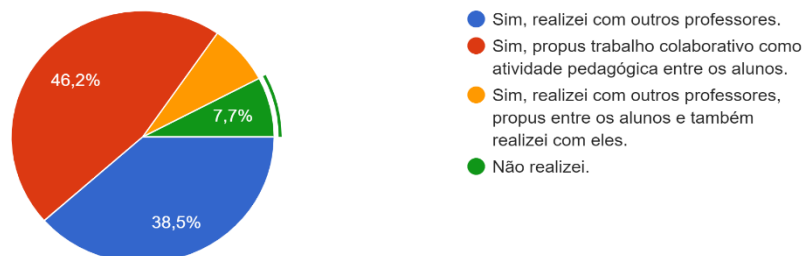


Figura 5: Respostas à pergunta: Você usou as TICs de forma colaborativa?

Fonte: Formulário de perguntas elaborado pelo autor

As opções “Sim, realizei com outros professores” e “Sim, propus trabalho colaborativo como atividade pedagógica entre os alunos” foram as mais escolhidas. Detalhe é que nessa pergunta só poderia escolher uma resposta, logo, se a maioria realizou entre professores e propôs como atividade pedagógica entre os alunos, fica a enorme dúvida: porque não optaram por realizar com outros professores, entre os alunos e com eles?

Realizar trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem também é uma forma bastante relevante de contemplar o que pede a 5ª Competência Geral para Educação Básica da BNCC, além de ampliar o protagonismo dos estudantes.

6. Considerações finais

Inicialmente, é importante destacar o pioneirismo e a coragem da Escola Municipal Ipê Amarelo para implantar o ensino remoto antes mesmo de determinação oficial da Prefeitura Municipal de Contagem. O compromisso pedagógico e o conhecimento da direção da escola acerca da comunidade que compõe a escola e os receios da perda salarial e do contrato de trabalho pelos profissionais da escola mobilizaram todos para tal atitude. Destaque também para o protagonismo dos profissionais da escola, que aceitaram o desafio e mesmo com barreiras de toda ordem, se empenharam para que o ensino remoto se realizasse.

Buscando aprofundar numa temática, conhecer algo de forma mais profunda e abrangente e para fugir do pragmatismo e da objetividade, realizamos estudos que são denominamos de pesquisa. Pesquisar é o ato de indagar seguindo princípios éticos e normas técnicas. “A grosso modo, a pesquisa nas Ciências Humanas, como, aliás, a pesquisa em geral, é isto: perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, formular uma hipótese, testá-la e tirar conclusões” (LAVILLE e DIONNE, 1999 p. 11). O dicionário eletrônico Dicio define pesquisa como “Investigar, com a finalidade de descobrir conhecimentos novos. Recolher elementos para o estudo de algo” (Dicio).

Ocorre que a objetividade faz parte do nosso dia a dia. Muitas vezes a sociedade quer respostas objetivas para as suas indagações e seus problemas, por isso, se alguém me perguntar, objetivamente, se a 5ª Competência Geral da BNCC para a Educação Básica foi contemplada durante

o ensino remoto na escola estudada posso afirmar de acordo com os dados colhidos que não. De alguma forma a prática do ensino remoto contemplou a referida competência, muito mais como consequência do que objetivo. Muito mais teórica e conceitual do que prática. Muito mais como única saída possível do que como opção, alternativa ou desejo. Pelos dados, os estudantes continuaram sendo espectadores e coadjuvantes, não ascenderam a condição de protagonistas.

A escola precisa incluir novas práticas no processo de ensino-aprendizagem, pois “num mundo em profunda transformação a educação precisa ser muito mais flexível, híbrida, digital, diversificada” (MORAN, 2017, p. 1), mas é fundamental elevar os estudantes a condição de protagonistas até porque, é inegável as possibilidades que a tecnologia pode proporcionar no processo de ensino aprendizagem. Também é inegável a sedução e o fascínio que as tecnologias provocam, mas entendo as TICs como mediadoras da educação, não pelo “... fetiche da modernização tecnológica em si ou ao canto da sereia da motivação lúdica que as telinhas brilhantes, sonoras e interativas podem desencadear.” (MENDONÇA, 2021, p.45). Nem como “...propostas de maximização da “eficiência” da escola e do “desempenho” do aluno por meio do uso das novas tecnologias, lugares-comuns da lógica neoliberal à qual se acomodou boa parte do sistema de ensino nas últimas décadas” (VALENTINO e VIEGAS, 2021, p.126).

“Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e adolescentes das classes sociais chamadas favorecidas.” (FREIRE, 2001, p. 98), imagina se ampliado seu uso a todos nas escolas, afinal, ela está presente a todos nas mais diversas atividades do cotidiano. E além do fazer em sala de aula “As tecnologias permitem [...] [mapear] os progressos, apontam as dificuldades, podem prever alguns caminhos para os que tem dificuldades específicas.”, (MORAN, 2017, p.3) ou seja, a tecnologia pode ser útil em todo o processo de ensino-aprendizagem, seja antes, durante ou depois, mas é fundamental colocar os estudantes na posição de protagonistas.

Os dados da pesquisa mostram que ainda há um caminho enorme a percorrer. A pandemia encurtou esse caminho? Sim. Tirou alunos, escolas, instituições e profissionais da zona de conforto, mas ainda é preciso realizar estudos a partir do retorno presencial total para saber se a tecnologia de fato está presente no cotidiano escolar e em que medida acontece essa presença, se julgar pelo que propõe a Prefeitura do Rio, que “abriu consulta pública sobre a possibilidade de proibição (celulares na escola). Atualmente, os alunos podem usar os aparelhos nos intervalos ou em atividades específicas na sala. A ideia é restringir em todo o horário escolar.” (COUTINHO, 2023), parece que toda comunidade escolar da escola pública ainda se mostra resistente em incluir o uso da tecnologia no cotidiano escolar.

Cabe ressaltar que não tratei da formação em tecnologias na educação dos professores pesquisados nesse trabalho, mas é importante destacar que só é possível abordar um tema ou propor ações que envolvam esse tema, se o proponente estiver capacitado, por isso, o efetivo uso da tecnologia na sala de aula, bem como em todo o processo de ensino-aprendizagem depende da capacitação adequada e permanente dos professores. Como afirmou a professora Danielle Nogueira (2021), “o professor não se torna competente digitalmente de uma hora para outra, só pela necessidade imposta pela pandemia, é preciso formação.” E “o processo de integração e domínio dos meios tecnológicos de computação é gradual e se dá a longo prazo.” (KENSKI, 2013, p. 66).

Portanto, cabe não analisar os dados aqui apresentados como um tribunal, disposto a julgar, condenar ou mesmo absolver os profissionais da Escola Municipal Ipê Amarelo, muito pelo contrário, o objetivo foi descrever a prática, levantar problemas e dificuldades de forma a pensar caminhos para que a tecnologia esteja presente na educação e que a 5ª Competência Geral para Educação Básica estabelecida pela BNCC de fato ocorra no cotidiano escolar.

7. Referências

BARBERIA, Lorena; CANTARELLI, Luiz G. R. e SCHMALZ, Pedro Henrique De Santana. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19**. CLEAR, FGV, EESP, 2020. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>. Acesso em 27 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base, Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CONTAGEM. **LEI COMPLEMENTAR nº 186**, de 29 de dezembro de 2014.

CONTAGEM. **PORTARIA CONJUNTA SEDUC /FUNEC Nº 26**. Contagem, 18 de junho de 2020.

COUTINHO, Rogério. Entenda a ideia de restringir celulares nas escolas do Rio; educadores apoiam medida. **G1 Rio de Janeiro**, 24 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/24/entenda-a-ideia-de-restringir-celulares-nas-escolas-do-rio-educadores-apoiam-medida.ghtml>. Acesso em 26 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Ed. Papyrus, 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MENDONÇA, Márcia. Aula de língua(s) no ensino emergencial remoto: práticas e percepções iniciais de professores. In: MENDONÇA, Márcia; ANDREATA, Elaine; SCHLUDE, Victor (org.). **Docência pandêmica: práticas de professores de língua(s) no ensino emergencial remoto**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 40-76.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas e ensino híbrido. In: YAEGASHI, Solange e outros (Orgs). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017, p.23-35.

NOGUEIRA, Danielle. **Produção e uso da tecnologia na educação**. Canal Grupo Horizonte UFSCar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YwM5YcvwuBg>. Acesso em 20/09/2021.

Pesquisar. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 09 jan. 2022.

SIEMENS, George. **Conectivismo: uma teoria de aprendizagem para a idade digital**. Humana Social. 12 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://humana.social/conectivismo-una-teoria-da-aprendizagem-para-a-era-digital>. Acesso em 05 de maio de 2021.



UNESCO. **Educação de qualidade no Brasil.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/education-quality>. Acesso em 03 de maio de 2021.

VALENTINI, Vanessa; VIÉGAS, Bruno. **Tecnologia e docência na pandemia: das margens ao centro da disputa pela autonomia.** In: MENDONÇA, Márcia; ANDREATA, Elaine; SCHLUDE, Victor (org.). Docência pandêmica: práticas de professores de língua(s) no ensino emergencial remoto. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 122-140.

